

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL

GISELA GANDIN

SUGESTÕES PARA ATUALIZAÇÃO DO PLANO DIRETOR
DO MUNICÍPIO DE IBICARÉ-SC

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

TREZE TÍLIAS

2018

GISELA GANDIN

**SUGESTÕES PARA ATUALIZAÇÃO DO PLANO DIRETOR
DO MUNICÍPIO DE IBICARÉ-SC**

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Especialista na Pós-Graduação em Gestão Pública Municipal, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR – Câmpus Treze Tílias/SC.

Orientador: Prof^a Luci Ines Bassetto

TREZE TÍLIAS

2018



TERMO DE APROVAÇÃO

A participação do Observatório Social do Brasil como agente democrático de controle e fiscalização da gestão pública municipal

Por

GIOVANA DE SOUSA DOMINGUES

Monografia apresentada às 10:00, do dia 25 de outubro de 2018, como requisito parcial para a obtenção do título de especialista no Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal, Turma , ofertado na modalidade de Ensino a Distância, pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Câmpus Curitiba. O candidato foi arguido pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho APROVADO.

ANA PAULA MYSZCZUK
UTFPR - Curitiba
(orientador)

Giovanna Pezarico
UTFPR - Curitiba

Andrea de Souza
UTFPR - Curitiba

Dedico este trabalho a minha família pelo apoio. A meus professores pela orientação. A meus colegas pelo companheirismo.

“O saber a gente aprende com os mestres e os livros. A sabedoria, se aprende é com a vida e com os humildes.”

Cora Coralina

AGRADECIMENTOS

À Deus pelo dom da vida, pela fé e perseverança para vencer os obstáculos.

A minha família, meu marido e filhos, pela compreensão e incentivo.

Ao meu orientador Prof^a. Luci Ines Bassetto que me orientou.

Agradeço aos pesquisadores e professores do curso de Especialização em

Gestão Pública Municipal, professores da UTFPR.

Agradeço aos tutores presenciais e a distância que nos auxiliaram no decorrer do curso de pós-graduação.

Enfim, sou grata a todos que contribuíram de forma direta ou indireta para realização desta monografia.

“Quem sabe o que quer acha um caminho, quem não sabe o que quer acha uma desculpa”.

(Ditado Árabe)

RESUMO

GANDIN, Gisela. Sugestões para Atualização do Plano Diretor do Município de Ibicaré-SC. 2018. 35 f. Monografia (Especialização em Gestão Pública Municipal). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Treze Tílias, 2018.

O presente trabalho tem como foco principal analisar as principais necessidades da população para atualização do Plano Diretor de Ibicaré – Santa Catarina, observando desde a evolução da urbanização, para o entendimento da atual estruturação das cidades até os instrumentos reguladores das normas municipais como o Estatuto das Cidades e o próprio Plano Diretor Municipal, passados mais de dez anos da última revisão. O objetivo é identificar e analisar os principais problemas diagnosticados no município, bem como apresentar sugestões de melhoria no Plano Diretor em suas diferentes áreas. O Desenvolvimento Socioeconômico do município depende de algumas ações e atitudes que venham ao encontro com os anseios da comunidade, com o objetivo de propiciar aos mesmos um padrão de vida melhor e mais digno. A metodologia utilizada foi o levantamento bibliográfico e documental relacionado a este tema e a análise das informações coletadas, bem como, entrevistas com alguns funcionários da Prefeitura e todos os vereadores que representam a população do município. Como principais resultados obtidos, destaca-se o setor de Saneamento Básico e Urbanização como principal alvo de atuação das medidas propostas. Como conclusão, faz-se necessário um grande empenho técnico e político e de médio e longo prazo em Ibicaré, como fator fundamental, mas não único, para a melhoria das condições de vida da população.

Palavras-chave: Master Plan, Urban Planning, City Statute.

ABSTRACT

GANDIN, Gisela. Suggestions for Updating the Master Plan of the Municipality of Ibicaré-SC. 2018. 35 f. Monografia (Especialização em Gestão Pública Municipal). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Treze Tílias, 2018.

The main objective of this work is to analyze the main suggestions for updating the Master Plan of Ibicaré - Santa Catarina, observing from the evolution of urbanization, to understanding the current structure of cities to the instruments regulating municipal standards such as the Statute of Cities and the Municipal Master Plan, after more than ten years of the last revision. The objective is to identify and analyze the main problems diagnosed in the municipality, as well as to present suggestions for improvement in the Master Plan in its different areas. Socioeconomic Development of the municipality depends on some actions and attitudes that meet the community's aspirations, in order to provide them with a better and more dignified standard of living. The methodology used was the bibliographical and documentary survey related to this topic and the analysis of the information collected. The main results obtained include the Basic Sanitation and Urbanization sector as the main target of action of the proposed measures. As a conclusion, it is necessary a great technical and political commitment and medium and long term in Ibicaré, as a fundamental but not unique factor for the improvement of the living conditions of the population.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização Geográfica de Ibicaré	22
Figura 2 – Símbolo da Capital Catarinense do Rodeio	22
Figura 3 – Rodeio Fest do município de Ibicaré.....	23
Figura 4 – Mapa de Localização do município de Ibicaré.....	23
Figura 5 – Prefeitura Municipal de Ibicaré.....	24

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Pesquisa por ordem de prioridades	27
Gráfico 2 – Pesquisa de melhorias na Educação	28
Gráfico 3 – Pesquisa de melhorias na Saúde	29
Gráfico 4 – Pesquisa de melhorias em Pavimentação	29
Gráfico 5 – Pesquisa de melhorias em Segurança	30
Gráfico 6 – Pesquisa de melhorias em Transporte Coletivo	31
Gráfico 7 – Pesquisa de melhorias no quesito empregos	31

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Dados populacionais censitários	25
Quadro 2 – Dados IBEU – Municipal de Ibicaré	25

SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO	13
2 - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	15
2.1 – O Conceito de Plano Diretor	15
3 - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	19
3.1 – Coleta de Dados	20
3.2 – Análise dos Dados	21
4 – APRESENTAÇÃO DO MUNICÍPIO EM ESTUDO	22
4.1 – Local da Pesquisa	22
4.1.1 – Breve Histórico	22
4.1.2 – Localização	24
4.1.3 – Crescimento Populacional	25
4.2 – Revisão do Plano Diretor de Ibicaré	27
4.3 – Tabulação da Pesquisa	28
5 – RESULTADO ESPERADO E DISCUSSÃO	34
6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	37

1 – INTRODUÇÃO

O planejamento tem sido uma ferramenta de grande importância nos municípios, tendo em vista as constantes mudanças sofridas nos aspectos socioeconômicos, financeiros, políticos, entre outros. Através desta ferramenta deve-se garantir a participação popular, juntamente com as questões técnicas e políticas para uma gestão prática e moderna.

A Constituição Federal delega aos municípios a autonomia e a responsabilidade pela formulação e gestão da política urbana e estabelece a Administração pública possuir alguns instrumentos que visam atender o que ela precisa, de forma expressa no Plano Diretor do município, instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana. (BRASIL, 1988)

Segundo a ABNT, 1991 o Plano Diretor Municipal é um importante instrumento de planejamento e gestão dos municípios e prefeituras, e serve como suporte jurídico para a administração que busca alternativas na solução dos problemas urbanos. A realização do Plano Diretor deve ser compatível com os regulamentos de ordem superior, tais como a própria Constituição Federal, a Lei de Responsabilidade Fiscal e o Estatuto da Cidade. Essa ferramenta de planejamento visa direcionar as ações dos gestores municipais amarrando aos interesses comuns de seus munícipes de forma a garantir o direito dos cidadãos á uma urbanização mais adequada.

Segundo o Estatuto da Cidade de 2006, é função do Plano Diretor Municipal:

- Garantir o atendimento das necessidades da cidade,
- Possibilitar uma melhor qualidade de vida na cidade,
- Consolidar os princípios da reforma urbana.

O Plano Diretor Municipal, tem sua elaboração obrigatória para todos os municípios com mais de 20 mil habitantes, deve traduzir os princípios das políticas públicas, urbana e rural, em leis municipais.

Este trabalho tem como foco principal a Prefeitura Municipal de Ibicaré, com base em um estudo bibliográfico, entrevistas com os funcionários da Prefeitura, e a elaboração de um questionário aplicado a uma amostra de 10 pessoas, acredito ser possível identificar quais são as prioridades do município, bem como, demonstrar os assuntos de maior relevância para alcançar o objetivo deste trabalho.

Deste estudo surgiram sugestões e propostas de melhorias podem ajudar ao Poder Executivo atualizar o Plano Diretor do município, bem como atender as necessidades da população.

2 - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 – CONCEITO DE PLANO DIRETOR

O Plano Diretor pode ser considerado o principal instrumento disciplinador para o desenvolvimento da cidade, portanto, é importante entender o conceito do que seja a mesma.

Identificou-se no Brasil, que os núcleos urbanos que se enquadrarem no § 4º do art. 18 da Constituição Federal de 1988, modificado pela Emenda Constitucional nº 15, de 12 de setembro de 1996, o qual objetivava frear a criação de Municípios. Baseado nessa Emenda, são consideradas cidades:

A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei (BRASIL, 1996).

Segundo dados levantados pelo IBGE, desde 1996, com a aprovação dessa Emenda, já surgiram mais de 1.300 novos municípios, sendo que a sua grande maioria com menos de 20 mil habitantes. Tal fato, demonstrou o grande interesse político envolvido na criação de novos cargos de Prefeito, vereadores e todo o aparato administrativo.

Diante do surgimento de tantos novos municípios brasileiros, resultado do constante processo de urbanização, o Plano Diretor surge com o objetivo de disciplinar o território municipal e proporcionar um pouco mais de qualidade de vida para a população.

Pode-se conceituar plano diretor de acordo com a visão de cada estudioso, diz Machado (2012, p. 380):

[...] conjunto de normas obrigatórias, elaborado por lei municipal específica, integrando o processo de planejamento municipal, que regula as atividades e empreendimentos do próprio Poder Público Municipal e das pessoas físicas ou jurídicas, de direito privado ou público, a serem levadas a efeito no território municipal.

Já Villaça ressalta que como plano diretor:

“Seria um plano que, a partir de um diagnóstico científico da realidade física, social, econômica, política e administrativa da cidade, do município e de sua região, apresentaria um conjunto de propostas para o futuro desenvolvimento socioeconômico e futura organização espacial dos usos do solo urbano, das redes de infraestrutura urbana, para a cidade e para o município, propostas estas definidas para curto, médio e longo prazos, e aprovadas por lei municipal.” (VILLAÇA, 1997)

De acordo com o Estatuto das Cidades, Lei Nacional 10.257/2001, o Plano Diretor é obrigatório para os municípios com mais de 20 mil habitantes, as quais devem aprová-lo por meio de suas Câmaras Municipais, como destaca Dallari e Ferraz (2006, p. 324):

O plano diretor é o mais importante instrumento de planificação urbana previsto no Direito Brasileiro, sendo obrigatório para alguns Municípios e facultativo para outros; deve ser aprovado por lei e tem, entre outras prerrogativas, a condição de definir qual a função social a ser atingida pela propriedade urbana e de viabilizar a adoção dos demais instrumentos de implementação da política urbana [...].

O Plano Diretor também pode ser definido de uma forma especial, como segue:

“O Plano Diretor pode ser definido como um conjunto de princípios e regras orientadoras da ação dos agentes que constroem e utilizam o espaço urbano.” (BRASIL, 2002, p. 40).

Segundo Saboya,

“Plano diretor é um documento que sintetiza e torna explícitos os objetivos consensuados para o Município e estabelece princípios, diretrizes e normas a serem utilizadas como base para que as decisões dos atores envolvidos no processo de desenvolvimento urbano convirjam, tanto quanto possível, na direção desses objetivos.” (SABOYA, 2007, p. 39)

Dentre os vários conceitos de Plano Diretor apresentados aqui, percebe-se que todos tem um mesmo propósito de existir, ficando evidente nesse trabalho a definição da Constituição de 2002.

O Banco do Brasil, para formalizar precisa-se em primeiro lugar incluir a aprovação de uma lei do plano diretor na Câmara. Em seguida, o Plano deve explicar seus objetivos para o desenvolvimento urbano do Município, de forma clara, sendo que os pontos precisam ser discutidos democraticamente de alguma maneira. A diversidade das cidades faz com que seja normal a existência de objetivos conflitantes e, por isso, discutir sobre os objetivos pode ajudar a encontrar soluções que contemplem ainda mais de um ponto de vista.

Através do estabelecimento de princípios, diretrizes e normas, o plano deve fornecer orientações para as ações que, de alguma maneira, influenciam no desenvolvimento urbano. Essas ações podem ser desde a abertura de uma nova avenida, até a construção de uma nova residência, ou a implantação de uma estação de tratamento de esgoto, ou a reurbanização de uma favela.

Essas ações, no seu conjunto, definem o desenvolvimento da cidade, portanto é necessário que elas sejam orientadas segundo uma estratégia mais ampla, para que todos possam trabalhar (na medida do possível) em conjunto na direção dos objetivos em comum.

Segundo o artigo 40 do Estatuto da Cidade:

A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade apresentadas no plano diretor, sempre deve estar assegurado o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas.(DALLARI, 2006).

Os Municípios com mais de 20 mil habitantes e os Municípios localizados em regiões metropolitanas e aglomerações urbanas que não tinham plano diretor aprovado na data de entrada em vigor da Lei 10.257, deveriam fazê-lo em até cinco anos, prazo que, posteriormente, foi prorrogado para 30 de junho de 2008.

Todo Plano Diretor precisa passar por revisões a pelo menos cada dez anos. Esse processo é determinado pelo Estatuto da Cidade (.....) e pode ser feito pela própria equipe da prefeitura municipal com recursos materiais próprios. A revisão é fundamental para acertar processos ineficientes e buscar atender novas demandas que podem surgir com o passar dos anos.

Nada impede que a revisão seja feita por uma empresa privada ou por um profissional com conhecimento na área, através de processo licitatório. Observado que, em quaisquer das situações a coordenação da revisão será sempre do Executivo Municipal.

O Prefeito que por algum motivo impedir, ou deixar de cumprir a determinação legal e garantir a revisão do plano diretor, conforme consta no Estatuto da Cidade, responderá por improbidade administrativa. Porém a responsabilização por improbidade administrativa não é imputada apenas ao Prefeito que estiver no mandato quando do final do prazo para a revisão, mas também de outros Prefeitos que ocuparam o cargo de Prefeito municipal no intervalo dos dez anos previstos para a revisão. A explicação é de que todos eles, em tese, poderiam ter tomado as atitudes cabíveis para cumprir a determinação imposta pela lei.

3 – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

No desenvolvimento desta pesquisa, a metodologia e os procedimentos técnicos adotados foram da pesquisa bibliográfica exploratória, documental e de estudo de caso, através da revisão literária a base de livros, legislações, artigos e monografias, além de páginas de web sites.

Segundo Fonseca:

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existe porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta. (FONSECA, 2002, p. 32).

A Pesquisa Documental é elaborada a partir de materiais que não receberam tratamento analítico. Os documentos são fontes de dados, não exigindo o contato com os sujeitos da pesquisa.

A pesquisa documental trilha os mesmos caminhos da pesquisa bibliográfica, não sendo fácil por vezes distingui-las. A pesquisa bibliográfica utiliza fontes constituídas por material já elaborado, constituído basicamente por livros e artigos científicos localizados em bibliotecas. A pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc. (FONSECA, 2002, p. 32).

O estudo de caso visa à descoberta, a interpretação dos textos, retratando a realidade de forma completa, usa uma variedade de fontes de informação, e representa os diferentes pontos de vista presentes numa situação social, portanto deve apresentar linguagem e forma acessível.

Um estudo de caso pode ser caracterizado como um estudo de uma entidade bem definida como um programa, uma instituição, um sistema educativo, uma pessoa, ou uma unidade social. Visa conhecer em profundidade o como e o porquê de uma determinada situação que se supõe ser única em muitos aspectos, procurando

descobrir o que há nela de mais essencial e característico. O pesquisador não pretende intervir sobre o objeto a ser estudado, mas revelá-lo tal como ele o percebe. O estudo de caso pode decorrer de acordo com uma perspectiva interpretativa, que procura compreender como é o mundo do ponto de vista dos participantes, ou uma perspectiva pragmática, que visa simplesmente apresentar uma perspectiva global, tanto quanto possível completa e coerente, do objeto de estudo do ponto de vista do investigador. (FONSECA, 2002, p. 33).

Para o desenvolvimento desta pesquisa foram utilizados alguns métodos e técnicas de investigação indicada pelo autor Godoy (1995).

Quanto aos objetivos trata-se de uma pesquisa do tipo: **Exploratória** que visa a maior proximidade do autor com o tema pesquisado, além de se tratar de uma pesquisa que utilizará além de levantamento bibliográfico o estudo de caso.

Quanto aos métodos e procedimentos técnicos utilizados na pesquisa destacando a Pesquisa: Bibliográfica; Documental; de Estudo de Caso e de Pesquisa de Campo.

Salienta-se que no atual Estudo de Caso também foi utilizado o método de entrevistas e conversas com os funcionários da Prefeitura Municipal, objetivando maior inteiração do assunto, e embora isso não foi documentado aqui, serviu de grande valia para o desenvolvimento desse trabalho.

Para o desenvolvimento dessa Pesquisa, e para a análise do conteúdo, foi utilizado três fases fundamentais: pré-análise, exploração do material com a coleta dos dados e, por fim a tabulação e análise dos resultados.

3.1 – Coleta dos Dados

Conforme descrito na metodologia de trabalho a coleta de dados necessários para fundamentação e desenvolvimento desta pesquisa foi realizada através de um questionário elaborado a partir do levantamento dos principais assuntos contidos no Plano Diretor do Município de Ibicaré.

Esse questionário é composto por onze questões com respostas diretas, o qual foi aplicado aos vereadores e ao Prefeito municipal, sendo estes eleitos por voto direto, como representantes da população desse município. Assim formando a amostra da população dessa pesquisa.

A primeira questão escolhida neste questionário, visa eleger uma ordem de prioridade, entre os dez assuntos principais abordados na pesquisa: Educação, Saúde, Transporte, Saneamento, Meio Ambiente, Laser, Turismo, Moradias populares, Pavimentação e Emprego. Em seguida uma questão foi elaborada diretamente para cada um dos assuntos escolhidos.

3.2 – Análise dos Dados

Os dados e as informações obtidas foram trabalhados de forma a verificar e analisar a real situação encontrada no Município de Ibicaré-SC. Para tanto, a análise foi realizada a partir dos dados coletados na entrevista feita com representantes da população de Ibicaré.

Partindo dos questionários devidamente respondidos, foi possível identificar uma ordem de prioridades, dentre todos os assuntos escolhidos.

Devo observar que este questionário poderá servir como sugestão para o Poder Executivo iniciar seus trabalhos de atualização do Plano Diretor do município.

Em cada questão da pesquisa, ou seja, em cada assunto abordado, foi sugerido a escolha entre duas respostas diretas, mas, também solicitado outras diversas sugestões de melhorias. Essas sugestões serviram para enriquecer ainda mais a análise dos dados.

4 – APRESENTAÇÃO DO MUNICÍPIO EM ESTUDO

4.1 – Local de Pesquisa

4.1.1 – Breve Histórico

Ibicaré é um município localizado no Meio Oeste Catarinense, no Vale do Rio do Peixe com aproximadamente 163m² e 3.363 habitantes.

Na página do município de Ibicaré, conforme ABNT de 1996, encontra-se o histórico, (www.ibicare.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaltem), o qual cita, antes do ano de 1.900 os habitantes eram indígenas, logo após vieram os habitantes de origem luso-brasileira. O primeiro dono das terras no ano de 1.922, conforme informação foi o senhor Vitor Raub, quando o povoado chamava-se de Barra do São Bento. Os colonos que assim se instalaram são oriundos do Rio Grande do Sul (maioria) e do litoral de Santa Catarina. Os Gaúchos descendentes de italianos vieram de: Erechim, Carlos Barbosa, Santa Maria, Garibaldi, Bento Gonçalves e Guaporé. Os Catarinenses vieram de Biguaçu, Antônio Carlos Tijucas.

Em 1922, o povoado era chamado de Barra do São Bento devido à desembocadura do Rio São Bento no Rio do Peixe. Em 1933, passou a denominar-se Itapuí, Distrito de Cruzeiro do Sul (atual Joaçaba). No ano de 1943 passou a chamar-se Ibicaré.

Ainda na página do município, na web, a origem do município deu-se devido ao desmembramento de terras do município de Joaçaba, Herval D'Oeste e Tangará. Com as emancipações de vários municípios e através do Projeto de Lei Estadual nº 350/99, ficaram assim determinadas as atuais confrontações: Ao norte: Iomerê e Treze Tílias; Ao sul: Herval D'Oeste; A leste: Pinheiro Preto, Tangará e Ibiã; A oeste: Luzerna e Água Doce.



Figura 1 – Localização geográfica do município de Ibicaré

Fonte: <https://www.ibicare.sc.gov.br/>

Em 08/08/1979 foi sancionada a Lei 407/79, aprovado a Carta Cadastral da cidade de Ibicaré, delimitando a área urbana, sendo formado de 17 comunidades rurais.

No dia 01/05/2002 o município de Ibicaré recebeu o título de Capital Catarinense do Rodeio, contando na Lei Estadual nº 12.075 de 27 de dezembro de 2001. No mesmo mês, no dia 11/05/2002 foi inaugurada a Praça do Rodeio, situada na Av Presidente Nereu Ramos.



Figura 2 – Símbolo da Capital Catarinense do Rodeio

Fonte: <https://www.ibicare.sc.gov.br/>

Desde que o município recebeu o título de “capital do rodeio”, e em decorrência do sucesso dessas festividades, acontece anualmente a festa do

Rodeio de Ibicaré. Essa festa tem duração de três dias e pode ser considerado o maior evento realizado no município, atraindo festeiros e apaixonados por rodeios de todo o estado de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná.

4.1.2 Localização

O Município de Ibicaré situa-se na Região Sul do Brasil, pertence ao Meio Oeste Catarinense, está localizado na microrregião, a 410 km da Capital (Florianópolis), numa altitude de 550 metros acima do nível do mar.

O território de Ibicaré mede 156,1 km², fazendo vizinhança com os municípios de Luzerna, Treze Tílias, e Tangará, sendo que Ibicaré se situa a 17 km a Norte-Leste de Joaçaba, a maior cidade dos arredores.



Figura 4 - Mapa de Localização do Município de Ibicaré – SC.
Fonte: <https://www.ibicare.sc.gov.br/>



Figura 5 – Prefeitura Municipal de Ibicaré – SC.

Fonte: <https://www.ibicare.sc.gov.br/>

A Prefeitura municipal, bem como o Gabinete do Prefeito, está localizada na Rua Dom Pedro II, nº 133, centro do município de Ibicaré. Neste mesmo endereço e edificação também é possível encontrar a Câmara de Vereadores.

4.1.3 Crescimento Populacional

De acordo com o censo realizado no ano de 2010 pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o município de **Ibicaré** tinha **3.373** habitantes. Em 2015 o total de habitantes foi de **3.313** e em 2016 a estimativa foi de **3.290** habitantes. Já em 2017, a população estimada foi de **3.268** habitantes. Quem nasce em Ibicaré é **ibicareense**. Em 2010 sua densidade demográfica era de **21.61** habitantes/km².

Com base nos dados censitários dos anos de 1991, 2000 e 2010, contagem nos anos de 1996 e 2007, realizadas pelo IBGE, foi possível estimar taxas de crescimento populacional ocorridas no município de Ibicaré para diferentes períodos, conforme apresentado no Quadro 1 seguir. O Quadro 1 apresenta os

dados populacionais oficiais existentes para o município entre os anos de 1991 e 2010. Cabe esclarecer que por interesse do presente estudo foram levantadas informações referentes às populações urbana e rural somente para o ano 2010.

Ano	População Total	População Urbana	População Rural
1991	3936		
1996	3782		
2000	3587		
2007	3390		
2010	3373	1557	1816

Quadro 1: Dados Populacionais Censitários de 2010.

Fonte: <https://www.ibicare.sc.gov.br/>

Conforme pesquisas efetuadas pelo IBEU-Municipal, 2007, identificou-se os índices de Bem-estar Urbano do município de Ibicaré-SC, conforme demonstrados a seguir:

Índice de Bem-Estar Urbano (IBEU-Municipal) de Ibicaré-SC
Mobilidade Urbana: 0,984
Condições ambientais urbanas: 0,860
Condições Habitacionais: 0,950
Infraestrutura: 0,613
Serviços Coletivos Urbanos: 0,615
Nota IBE: 0,804
Ranking Nacional: 2085 ^o

Quadro 2: Dados IBEU-Municipal de Ibicaré-SC de 2007.

Fonte: <http://portal.ibeu.org.br/onde-estamos/>

O Índice de Bem-Estar Urbano dos Municípios Brasileiros (IBEU-Municipal), tem o propósito de oferecer mais um instrumento para avaliação e formulação de políticas públicas. O índice apresenta um levantamento inédito sobre as condições urbanas dos 5.565 municípios brasileiros, a partir da análise das dimensões como modalidade, condições ambientais urbanas, condições habitacionais, atendimento de serviços coletivos e infraestrutura.

4.2 – Revisão do Plano Diretor de Ibicaré

De acordo com as disposições preliminares do Plano Diretor do município de Ibicaré, ficou instituído, como instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana, que deve obedecer aos objetivos e diretrizes básicas desta Lei Complementar n.º 005, de 05 de dezembro de 2007. O instrumento visa ordenar o espaço urbano ou de fins urbanos e de expansão urbana, e tem o objetivo de propiciar um desenvolvimento integrado abrangendo as funções da vida coletiva, em que incluem habitação, trabalho, circulação e lazer, visando a melhoria de qualidade de vida da população, dando melhores condições de desempenho às funções urbanas, com menor custo social e ambiental.

Este Plano adequa sua política de desenvolvimento urbano de acordo com a Lei Federal N.º10257/2001 – Estatuto da Cidade, definindo:

I - A Política e as estratégias de desenvolvimento físico-territorial do Município;

II - Os critérios para garantir que a Cidade cumpra com sua função social;

III - Os critérios para garantir que a propriedade cumpra com sua função social;

IV - As regras orientadas do uso e da ocupação do solo;

V – O planejamento e a gestão democráticos do desenvolvimento físico-territorial.

Em função dos últimos 10 anos decorridos da última revisão do Plano Diretor, entende-se que é necessário uma revisão, bem como, manter

periodicamente essas revisões, ou seja, no mínimo a cada 4 anos, ou sempre que surgir a necessidade de atualizá-lo.

4.3 - Tabulação da Pesquisa

Dentre todos os assuntos constantes no Plano Diretor, foram escolhidos dez assuntos principais, e baseado neles, foi elaborado o questionário, o qual é formado por onze questões diretas e sugestivas. Essas questões foram aplicadas para os 10 representantes da população do município, eleitos de forma direta pelos ibicareenses, nove vereadores e o prefeito municipal, entendendo-se que estes possuem conhecimento do Plano Diretor do município, bem como as necessidades da população.

Dando início a tabulação dos dados:

A primeira questão foi escolhida para eleger uma ordem das prioridades, que poderão ser sugeridas ao Poder Executivo para melhoria do Plano Diretor no município de Ibicaré:

Questão 01 – Prioridades:

Enumere de 1 a 10, em ordem de prioridade, para melhoria do Plano Diretor no município de Ibicaré.

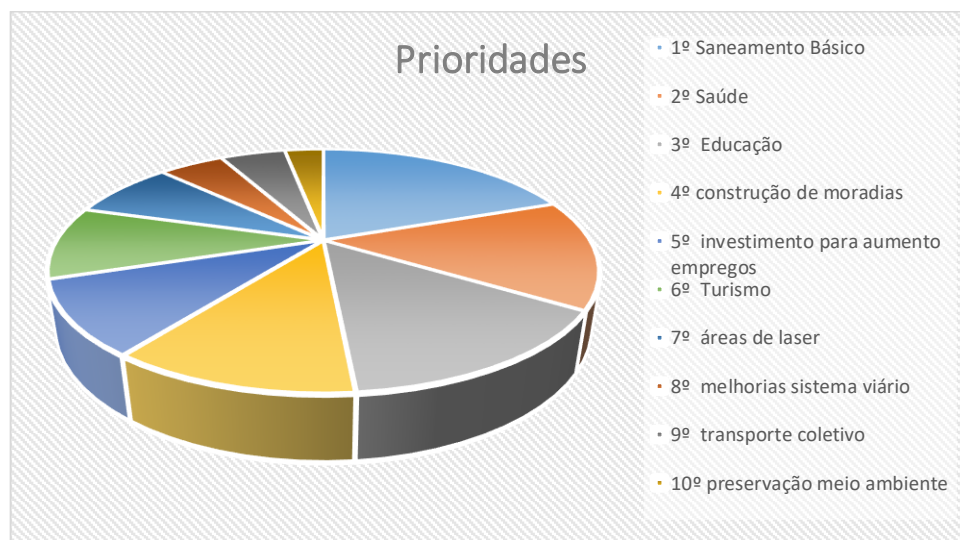


Gráfico 1: Pesquisa por ordem de Prioridades no Município.

Após descritas em ordem de prioridade, as sugestões de necessidade de melhoria no Plano Diretor do município de Ibicaré, as próximas questões se referem a cada um dos assuntos elencados acima. Observando que em cada assunto, foi colocado duas sugestões para ser escolhida uma, e deixado aberto para uma terceira sugestão (outros).

Questão 02 - Educação:

Que propostas melhorariam o ensino básico?

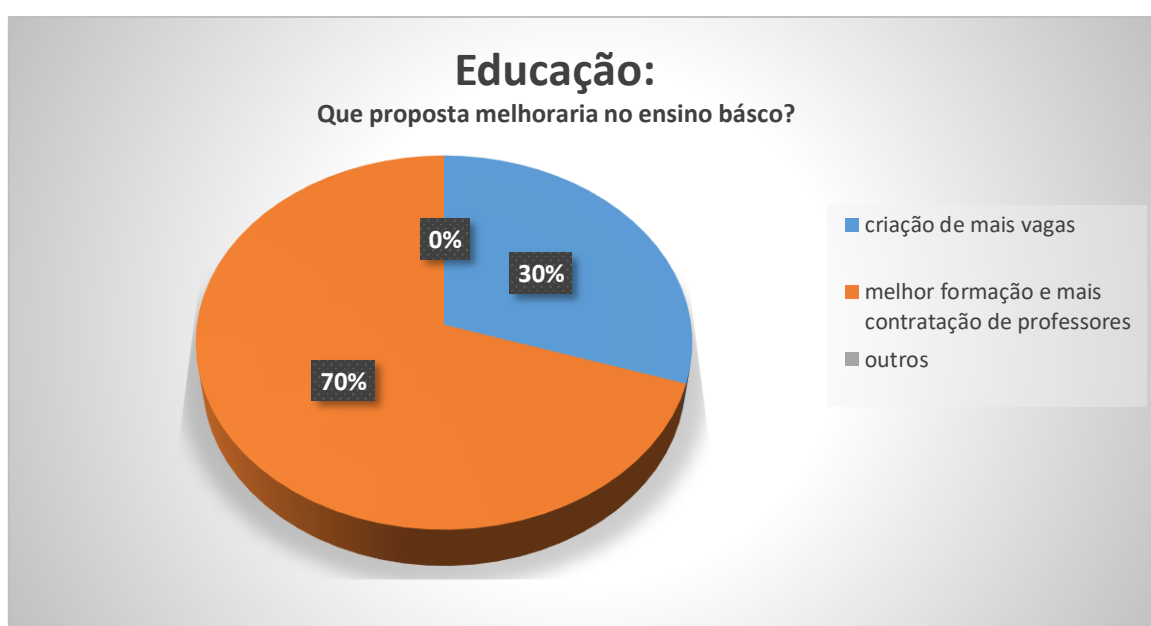


Gráfico 2: Pesquisa de melhorias na Educação.

Nesta questão 30% dos entrevistados acreditam que precise de mais vagas nas escolas, porém 70% entende que os profissionais precisam de maior qualificação e mais professores. Nenhuma sugestão além das já sugeridas conforme demonstrado no gráfico acima.

Questão 03 – Saúde:

Que propostas melhorariam as questões relacionadas á saúde?

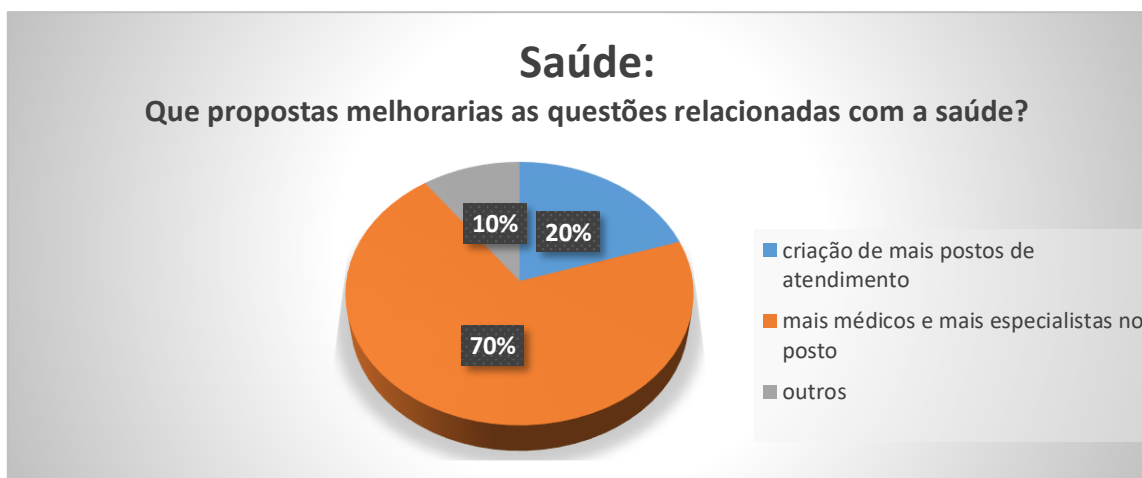


Gráfico 3: Pesquisa de melhorias na Saúde.

Nesta questão 20% dos entrevistados acreditam haver necessidade da criação de mais postos de atendimento, porém 70% entende que é necessário mais médicos especialistas para atendimento da população. Apareceu ainda a sugestão de médicos especialistas nas principais áreas de necessidade como: pediatria, ginecologia, ortopedia e clínico geral, sendo que seria possível o atendimento a um público maior diariamente. Demonstrado no gráfico acima.

Questão 04 – Pavimentação:

Que proposta seria mais necessária quanto á pavimentação?

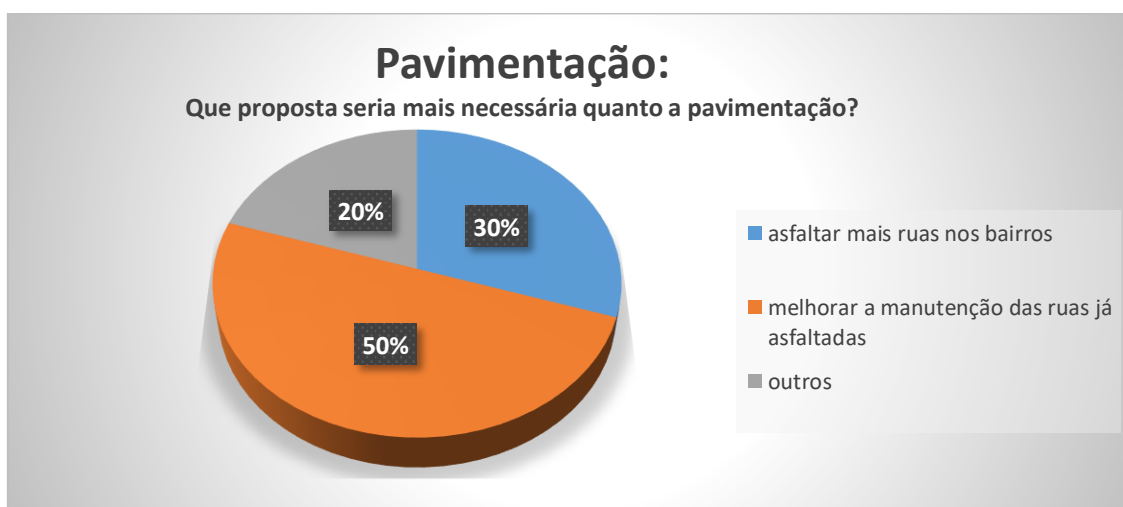


Gráfico 4: Pesquisa de melhorias na Pavimentação.

Nesta questão 30% dos entrevistados entendem que é necessário asfaltar mais ruas nos bairros, porém 50% acreditam que é melhor realizar manutenção nas ruas já asfaltadas. 20% acreditam que isso não seja uma prioridade no município, conforme demonstrado no gráfico acima.

Questão 05 – Segurança:

O que traria mais segurança a população?



Gráfico 5: Pesquisa de melhorias na Segurança.

Nesta questão apenas 10% dos entrevistados entendem que a instalação de mais câmaras de segurança trariam mais tranquilidade para a população, e 70% acreditam que há necessidade de mais policiais atuantes. Ainda houve sugestão de 20% dos entrevistados em realização de mais rondas nas ruas, conforme demonstrado no gráfico acima.

Questão 06 – Transporte coletivo:

Qual a necessidade do município quanto ao transporte coletivo?

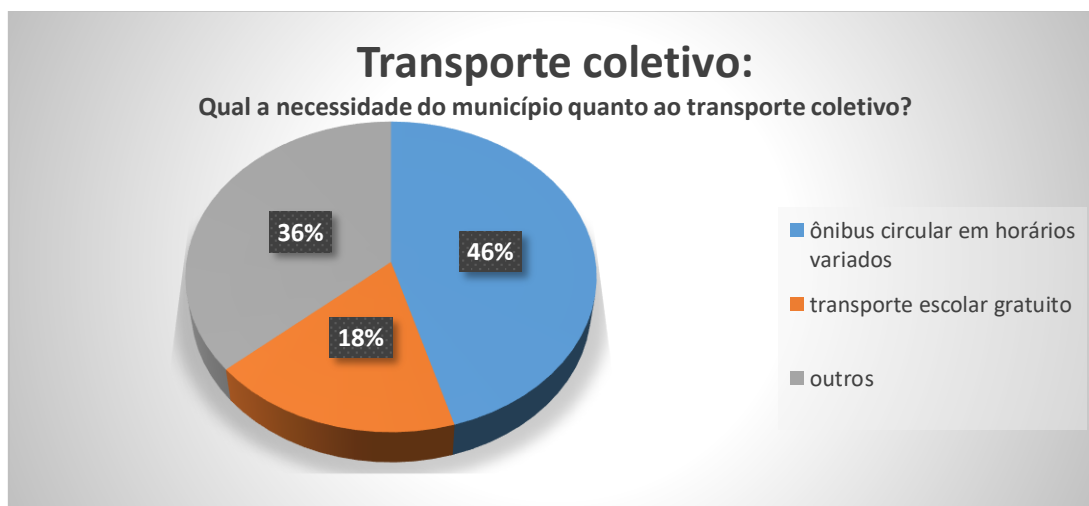


Gráfico 6: Pesquisa de melhorias no Transporte Coletivo.

Nesta questão 46% dos entrevistados acreditam que precise de mais ônibus circular em horários variados, e 18% entende que transporte escolar gratuito é mais importante. Além desses 36% dos entrevistados acreditam que a quantidade de ônibus circular já atende a necessidade da população e o transporte escolar já é gratuito, conforme demonstrado no gráfico acima.

Questão 07 – Estímulo a geração de novas vagas de emprego:

De acordo com a necessidade dos munícipes o que seria mais prudente?



Gráfico 7: Pesquisa de melhorias no quesito empregos.

Nesta questão apenas 20% dos entrevistados acreditam que precisa oportunizar grandes empresas a se instalarem no município, e 70% entende que é necessário estimular oportunidade de crescimento econômico para as empresas já instaladas no município. Ainda 10% acredita que isso não depende do município, conforme demonstrado no gráfico acima.

5 - RESULTADOS ESPERADOS E DISCUSSÃO

Embora o uso do Plano Diretor de desenvolvimento municipal como ferramenta jurídica seja obrigatória apenas para os municípios com mais de vinte mil habitantes, o município de Ibicaré, já dispõe dessa ferramenta, há mais de dez anos em forma de Lei Complementar nº005 de dezembro de 2007.

Dallari e Ferraz (2006, p. 324) nos coloca de maneira bem clara a definição:

O plano diretor é o mais importante instrumento de planificação urbana previsto no Direito Brasileiro, sendo obrigatório para alguns Municípios e facultativo para outros; deve ser aprovado por lei e tem, entre outras prerrogativas, a condição de definir qual a função social a ser atingida pela propriedade urbana e de viabilizar a adoção dos demais instrumentos de implementação da política urbana [...].

De maneira em fazer com que o Plano Diretor do município de Ibicaré, venha de encontro com os anseios e as necessidades dos munícipes, ele precisa ser atualizado, pois o mesmo não sofre nenhuma alteração desde 2007. Identificado o problema, optou-se em desenvolver este trabalho com o objetivo de identificar as prioridades e sugestões de melhoria, as quais podem ser úteis para o Poder Público, se assim julgarem relevantes.

Essa pesquisa foi desenvolvida com o objetivo de identificar e analisar os principais problemas diagnosticados no município, bem como apresentar sugestões de melhoria no Plano Diretor em suas diferentes áreas. Utilizando a metodologia bibliográfica e documental, entrevistas informais e aplicação de um questionário aos vereadores e prefeito municipal, representando aqui a população geral.

Foi possível identificar que, A ECONOMIA do município em estudo, é essencialmente agrícola e os principais produtos são a pecuária leiteira e a criação de suínos e aves, grãos como milho, soja e feijão. A fruticultura, pode-se dizer que está em estágio inicial do seu desenvolvimento. Sendo que todas as unidades

produtivas são pequenas propriedades, exceto algumas exceções. A mão de obra familiar é a única força de trabalho em todas essas unidades produtivas.

Verificou-se também, que na EDUCAÇÃO, o município conta com um programa de transporte escolar que permite aos alunos moradores das comunidades rurais estudarem nas duas unidades escolares da sede do município: Escola Municipal Madre Leontina (ensino fundamental) e Escola Estadual de Educação Básica Irmão Joaquim (ensino fundamental e médio) e Creche municipal (ainda em fase de construção).

O município possui uma Câmara Municipal composta de nove vereadores, compondo assim o PODER LEGISLATIVO do município de Ibicaré.

Os resultados obtidos na pesquisa, foram colocados em ordem de prioridades, podemos destacar o setor de Saneamento Básico como principal problema diagnosticado, e em primeiro lugar na pesquisa. Segundo entrevistados, o município não conta com coleta de lixo seletiva e nem descarte apropriado do lixo, fazendo com que isso cause muita preocupação para a comunidade e para os gestores.

Em sequência e com relevância, ficou os problemas com Saúde e Educação, os quais causam constrangimentos à população que não consegue atendimento junto ao Posto de Saúde do município, devido a falta de profissionais, e na maioria das vezes de especialistas básicos como Ginecologistas, Pediatras, ortopedistas, etc. Já com a Educação a queixa é o despreparo dos profissionais no atendimento das crianças, desde a creche até as séries maiores.

De acordo com a relevância de prioridades classificada pelo público que participou desse trabalho, em último lugar, porém não deixando de ser importante também, é a Preservação do Meio Ambiente, o qual pode ser visto como o setor com menor preocupação por parte da população, o qual, segundo entrevistados, não existe nenhum risco aparente de problemas na preservação do Meio Ambiente no município de Ibicaré-SC.

6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Plano Diretor é uma ferramenta de planejamento de suma importância para a gestão dos municípios, tendo em vista as constantes mudanças sofridas nos aspectos socioeconômicos, financeiros, políticos, entre outros.

Neste trabalho, foi possível identificar e analisar as principais necessidades da população para atualização do Plano Diretor do município de Ibicaré – Santa Catarina.

Verificou-se também que a Constituição Federal delega aos municípios a autonomia e a responsabilidade pela formulação e gestão da política de forma expressa no Plano Diretor do município, sendo este um instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana.

O questionário com perguntas diretas e fechadas, conseguiu identificar sugestões para o município de Ibicaré tem alguns pontos essenciais de melhorias na atualização do Plano Diretor Municipal, devendo providenciar a atualização do mesmo, bem como manter atualizado, visando sempre o melhor para os munícipes, seja no que diz respeito ao Saneamento Básico, Saúde, Educação, Laser, Turismo, Moradias Populares, Sistema de Pavimentação Viária, Transporte Coletivo, Empregos e/ou Meio Ambiente, fazendo com que a população tenha uma vida mais digna.

Portanto, conclui-se que o objetivo em diagnosticar sugestões de melhoria para esse Plano Diretor em suas diferentes áreas, foi alcançado através da pesquisa de campo realizada, e esse estudo pode servir para auxiliar na atualização do Plano Diretor em questão. Devido a importância do assunto, outros estudos ainda poderão ser realizados nessa área para esclarecimentos específicos que vierem a surgir.

6 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. 30. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

_____. Emenda Constitucional nº 15, de 12 de setembro de 1996. Dá nova redação ao § 4º do art. 18 da Constituição Federal. Brasília, 1996.

FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT), NBR-14724. Informação e documentação: formatação de trabalhos acadêmicos. Rio de Janeiro, (jan/2006)

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT), NBR-6023. Informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2002a. (Ago/2002)

_____. Emenda Constitucional nº 15, de 12 de setembro de 1996. Dá nova redação ao § 4º do art. 18 da Constituição Federal. Brasília, 1996.

_____. Lei Federal nº. 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da **Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 10 jul. 2001.

DALLARI, Adilson Abreu; FERRAZ, Sérgio. **Estatuto da cidade: comentários à lei federal 10.257/2001**. 2ª Ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ. **Normas para elaboração de trabalhos acadêmicos**. Comissão de Normalização de Trabalhos Acadêmicos. Curitiba: UTFPR, 2008. 122p

VILLAÇA, Flávio. **Dilemas do plano diretor**. 1997. Disponível em: <http://www ONGCidade.org/site/arquivos/artigos/dilemas436f9e94d59fb.pdf>>. Acesso em: 25 mai. 2013.

[https://www.infoescola.com/administracao /plano-diretor/](https://www.infoescola.com/administracao/plano-diretor/)